

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.831 - TO (2019/0299577-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : DOMINGOS SOUZA OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : GÊSUS FERNANDO DE MORAIS ARRAIS - TO006167
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por DOMINGOS SOUZA OLIVEIRA contra acórdão da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins (HC nº 0022371-67.2019.8.27.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 12/8/2019 pela suposta prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/06. A prisão foi convertida em preventiva.

Buscando a revogação da prisão, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 35/46):

EMENTA: *HABEAS CORPUS. TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS AUTORIZADORES PREENCHIDOS. ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA EM DEFINITIVO. DECISÃO UNÂNIME.*

1 - O decisum fustigado demonstra a necessidade da custódia, elencando as razões concernentes à formação do juízo de convencimento do Julgador primevo.

2 - A decisão ora impugnada, não apresenta defeitos que imponham sua reforma, pois devidamente fundamentada, escoimada em provas que indicam a existência do crime e indícios de sua autoria. Ademais, acresça-se que cumpre ao Magistrado, por dever constitucionalmente imposto, apresentar fundamentação suficiente a demonstrar o seu convencimento, tal como ocorreu in casu.

3 - A materialidade se consubstancia nos autos nº 0032704-39.2019.827.2729. Igualmente existem indícios suficientes de autoria, notadamente considerando que a paciente foi preso em flagrante delito, por trabalhar transportando substâncias entorpecentes e insumos do tráfico para uma rede de traficantes

Superior Tribunal de Justiça

(evento 1, P_FLAGRANTE1 dos autos nº 0032704-39.2019.827.2729).

4 - O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despidendo o recorrente possuir condições pessoais favoráveis.

5 - Parecer da PGJ: Pela denegação da ordem.

6 - Ordem denegada. Decisão unânime.

No presente recurso, a defesa alega que o inquérito já foi encerrado, não havendo mais risco à investigação. Afirma que não há elementos indicadores de que, em liberdade, o recorrente voltará a delinquir. Ressalta suas circunstâncias pessoais favoráveis, e sustenta que ele *foi enganado, induzido a erro* (e-STJ fl. 52), pois seria mero prestador de serviços de moto taxi e estaria carregando embalagem de terceiros.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão, se for o caso mediante aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório. Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. Ao menos em um juízo preliminar, considero que há gravidade concreta na conduta, uma vez que o recorrente foi flagrado em posse de dois embrulhos de cocaína, um de 291g e o outro de 188g (e-STJ Ap1., fl 19). Tendo em vista a quantidade e espécie dos entorpecentes, mostra-se adequado um exame mais aprofundado da matéria, por ocasião do julgamento do mérito.

Por outro lado, convém anotar já na presente oportunidade que as alegações de inocência do recorrente demandam, para confirmação, o exame de provas, providência inviável no bojo do remédio constitucional ora

Superior Tribunal de Justiça

utilizado.

Desse modo, não obstante os fundamentos apresentados pelo recorrente, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

